



TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 21

Sessão Ordinária

23 de Junho de 2017

APROVADA POR MAIORIA.

NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11/09/2017.



-----Aos vinte e três dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezassete, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 11 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 28 de abril de 2017;-----
- 12 Informação de Correspondência;-----
- 13 Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

2 - **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

- **PONTO 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----
- **PONTO 2** - Autorização para Contratação de Empréstimo para Liquidação Antecipada de Outros Empréstimos;-----
- **PONTO 3** - Projeto de Geminação - Gournay - Sur - Marne - Proposta;-----
- **PONTO 4** - Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna - Bolsas de Agentes Eleitorais;-
- **PONTO 5** - Acordos - Juntas de Freguesia;-----
- **PONTO 6** - Consolidação de Contas;-----
- **PONTO 7** - Repartição de Encargos - Obra: Museu do Castelo. -----
- **PONTO 8** - Associação Nacional de Assembleias Municipais ANAM - Proposta de Adesão;-----
- **PONTO 9** - Homenagem ao Senhor Professor Doutor Adriano Vasco Rodrigues.-----

3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais:-----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----José Mário Leite;-----

-----Cristina Alexandra Pantaleão Trindade;-----

-----João Augusto Leonardo;-----

-----Maria Helena de Sousa Bernardino;-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto;-----

-----Manuel Carlos Prado;-----

-----Mauro Xavier Cristão Gabriel (*Em substituição do deputado Luís Miguel Meneses Macedo*);-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais;-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda – Freguesia de Horta da Vilarça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores;-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Alves Salema;-----

-----António Manuel Lopes;-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----Ademar Augusto Rodrigues Alves;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----José Carlos Cordeiro – Açoreira;-----

-----Luísa Maria Pinto Ferreira – Castedo;-----

-----António Júlio Sá Andrade – Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Mós;-----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha;-----

-----António Manuel de Castro Gonçalves – União de Freguesias Felgar e Souto da Velha;-----

-----Afonso Henrique Alagoa – União de Freguesias Urros e Peredo dos Castelhanos;-----

-----Verificou-se a presença de **vinte e seis** membros dos vinte e oito que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----**Constituíram a Mesa:**-----

-----**José Mário Leite** – Presidente da Mesa;-----

-----**Cristina Alexandra Pantaleão Trindade** – 1.^a Secretária;-----

-----**João Augusto Leal Leonardo** – 2.^o Secretário.-----

-----**Faltas:** Faltaram os seguintes deputados:-----

- Maria Vitória Andrade Lázaro (PS) que justificou a falta dentro do prazo legal;-----
- Maria de Fátima Salvador Gonçalves (PS) que não justificou a falta;-----
- Luís Ricardo Rebouta Macedo Da Silva Ferreira (PS) que não justificou a falta;-----

----- A **CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, a Sr.^a Vereadora Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses e o Dirigente de 3.^o Grau Manuel Fernando Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia verificada a existência de quórum declarou aberta a reunião eram 9:30 horas.-----

----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar, então, à Apreciação e votação da ata.-----

----- **1.1 Ata n.º 20 da Sessão Ordinária realizada em 28 de Abril de 2017.** -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS) e **António Alves Salema** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Bom dia a todos. -----



Na última sessão ??? não sei se recorda, e a maior parte da minha intervenção está ??? eu não tive tempo para corrigir. E era para perguntar se posso corrigir a posteriori. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Esta intervenção do Sr. Deputado Luís João vem de encontro a algo que eu gostaria de falar sobre esta e outras atas. Efetivamente, nós verificamos que há problemas técnicos, e verificamos que as atas ficam, por vezes, quase ilegíveis, ou de uma leitura muito difícil e muito complicada. E eu queria fazer aqui os seguintes apelos que mesmo não se aplicando neste mandato, ficam para quem nos suceder. É o serviço público que eu acho que deve presidir às pessoas que estão no lugar em que nós estamos. Em nome do mesmo atrevo-me a pedir à Câmara Municipal que reserve umas verbas para modernizar a Assembleia Municipal. Não gosto muito de olhar para trás, mas muito foi falado acerca do sistema sonoro e da recolha e do registo das intervenções aqui na Assembleia. Há outros sistemas melhores do que este. Serão mais caros, com certeza, mas a democracia não é barata. -----

Voltar a pedir, tanto quanto possível – e eu tenho-o feito junto dos serviços técnicos, nem sempre com resultados, as coisas às vezes não são como queremos – que distribuam o mais cedo possível toda a documentação que estiver em formato definitivo. Eu sei que a Lei diz que são três dias apenas, mas também não impede que sejam mais. E portanto, sempre que possível, sempre que há algum documento que seja do interesse dos Srs. Deputados, deve ser distribuído de imediato. Hoje em dia, através do correio eletrónico, é muito fácil, é muito simples. Os Srs. Deputados Municipais não o são a tempo inteiro, todos têm as suas ocupações, e portanto, nem sempre têm tempo, como o Sr. Deputado Luís João, como eu, como o deputado João Leonardo, como todos nós temos as nossas ocupações, e normalmente debruçamo-nos sobre estas questões, para além dos dias da reunião, no tempo livre. Era importante que a informação chegasse o mais cedo possível. -----

E depois, aos Srs. Deputados, peço-lhes por favor que corrijam, acrescentem, deem uma forma legível às atas que têm que depois vir aqui e ficam registadas, porque lembrem-se de uma questão: estas atas não são só para nós, aliás, não são essencialmente para nós; estas são atas públicas que mais tarde alguém vem ler. Ainda recentemente, numa incumbência que me pediram, e que eu desempenhei com todo o gosto, sobre o Abade Tavares, chegou-me às mãos uma ata que tem mais de cinquenta anos, da Câmara Municipal. Deliciou-me. Estava escrita à mão e muito bem redigida. Era assim que eu gostava que as atas da Assembleia também ficassem para memória futura. E aliás, recomendo, sempre que possível, que leiam as atas anteriores. -----

Relativamente à questão em si: nós temos de aprovar esta ata aqui, Sr. Deputado. Eu não sei se mais tarde será possível alterá-la, acho que sim, mas terá que vir de novo, outra vez, à

aprovação. O que eu pedia era que relativamente a esta ata, se nenhum dos Srs. Deputados levantar algum inconveniente, aprovamo-la tal qual está, ou pomo-la à votação – ela pode ser recusada, evidentemente – pomo-la à votação tal qual está, e voltamos de novo a trazê-la na próxima reunião. Ou então, adiamos a votação e aprova-se na próxima reunião, juntamente com a desta. -----

Dou a palavra ao Sr. Deputado, se faz favor. -----

-----**O Deputado António Alves Salema:** Bom dia a todos. -----

Eu penso que a primeira posição do Sr. Presidente da Assembleia é natural. Este documento veio, e por não ter sido corrigido por um elemento, não vamos adiar a votação. Agora, na próxima Assembleia poderá vir esta intervenção do Sr. Deputado e outras, e depois de verificadas, juntá-las à ata, mas esta ata fica aprovada com essa condição. Os deputados que pretendam, uma vez que não tiveram possibilidades de corrigir ou de alterar, não no sentido de inverter ou alterar a intervenção, mas a maneira de expor as suas intervenções. Portanto, eu penso que o primeiro ponto seria o mais certo para mim. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. -----

Então, sendo assim, vamos pôr à votação a ata tal qual está, e eu peço já a todos os Srs. Deputados, inclusivamente ao Executivo – que não está presente, mas Sr. Deputado Luís Meneses, depois transmitir-lhe-á esta minha opinião – que, efetivamente, revejam as vossas intervenções. Obviamente não pode ser desvirtuado aquilo que se passou cá, aquilo que foi dito, mas a redação que está não é uma redação correta, não é uma redação que nos orgulhe.

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor, e 3 abstenções, **aprovar** a ata. -----

1.2 Informação da Correspondência.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa leu um resumo da correspondência recebida, registada sob os números 58 a 90 de 2017, inclusive, o qual foi distribuído antecipadamente, a todos os deputados, e informou que a mesma estava à disposição de quem pretendesse consultá-la:-----

- ✓ **Deputada Maria Vitória Andrade Lázaro** – Justificação de falta e pedido de substituição; -----
- ✓ **Deputado Luís Ricardo Ferreira** – Justificação de falta e pedido de substituição; -----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Passeio Pedestre; -----



- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Minuta da Reunião de Câmara;-----
- ✓ **Eng.º António José Alves Costa** – Pedido de Certidão;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Campeonato Nacional de Carrinhos de Rolamentos;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Newsletter n.º 71;-----
- ✓ **Associação de Estudos de Direito Regional e Local** – Revista das Assembleias Municipais;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Minuta da Reunião de Câmara;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Despacho de tolerância de ponto;-----
- ✓ **Conselho Municipal de Educação** – Convocatória de reunião;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Passeio Pedestre;-----
- ✓ **Jornal “Voz das Misericórdias”** – Publicação mensal;-----
- ✓ **Conselho Municipal de Educação** – Alteração do local de reunião;-----
- ✓ **Conselho Municipal de Educação** – Envio de documentos;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Passeio Pedestre, Recital Solidário e Festa do Cinema;-----
- ✓ **Deputado do Parlamento Europeu, José Manuel Fernandes** – Envio da obra “Pela nossa terra, Trás-os-Montes – 2017”;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Minuta da Reunião de Câmara;-----
- ✓ **Flor de Lis** – Concertos 2017;-----
- ✓ **Comercial Pedro Ferreira** – Segurança Informática;-----
- ✓ **Comercial Nuno Soares** – Apresentação Rádio Indoor;-----
- ✓ **Conselho Municipal de Educação** – Envio de documentos;-----
- ✓ **Rede Social** – Documentos;-----
- ✓ **Câmara Municipal de Penela** – Feira Medieval – Programação;-----
- ✓ **Boletim Empresarial** – Portal Empresarial, Fiscal e Laboral;-----
- ✓ **Banda “Coração no Ar”, Pop Rock** – Concertos 2017;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Mostra à Solta e Rota da Cigadonha;-----
- ✓ **Jornal “Associação”** – Publicação mensal;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Minuta da Reunião de Câmara;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Newsletter;-----
- ✓ **Grupo Parlamentar “Os Verdes”** – Dia Mundial do Ambiente;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Edital;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Passeio pedestre;-----
- ✓ **Jornal “Voz das Misericórdias”** – Publicação mensal;-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Minuta da Reunião de Câmara;-----
- ✓ **Deputado José Carlos Meneses** – Resposta à carta datada de 30.05.2017;-----
- ✓ **Deputado Luís Miguel Meneses Macedo** – Justificação de falta e pedido de substituição;-----

- ✓ **Tribunal de Contas** – Envia o ofício relativo à homologação da conta relativa ao exercício de 2010, assim como algumas recomendações. -----

Convites:

- ✓ **Câmara Municipal de Coimbra** - Apresentação do livro "Desencantos e (alguns) gritos", do nosso conhecido autor Carlos d' Abreu;-----
- ✓ **Câmara Municipal de Bragança** - Inauguração das Terras de Sefarad – Encontros de Culturas Judaico-Sefardita; -----
- ✓ **Plataforma "Mais Interior, Mais Portugal"** – Apresentação do livro "Controlo de despesa pública nas Autarquias Locais"; -----
- ✓ **Câmara Municipal de Bragança** – Inauguração do Memorial e Centro de Documentação Bragança Sefardita, no dia 16 de junho. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente à correspondência recebida, eu queria só fazer dois pequenos apontamentos. Há uma carta do Sr. Deputado José Carlos Sá Meneses a pedir que fosse convocado o gerente da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mogadouro, e a que eu não atendi, pelas razões que explico rapidamente. Primeiro, porque chegou já bastante tarde, e eu acho que não é ético estar a convocar alguém de fora do concelho, que nem sequer faz parte do perímetro municipal, com tão pequena antecedência. Segundo, porque não entendo muito bem qual o esclarecimento que poderia trazer para o caso, dado que um empréstimo é um empréstimo. Acabou, não tem mais nada. Terceiro, porque entendo que isso é um assunto interno da Associação de Municípios. Relativamente à Associação de Municípios, sempre estabeleci uma linha, que é esta: a esta Assembleia só interessa aquilo que diz respeito a Moncorvo e a ótica da Câmara. A ótica interna, as demissões, admissões, isso é do foro interno da AMDS. A Associação de Municípios tem os seus órgãos eleitos e que devem geri-la, e gerem-na. A menos que o Sr. Deputado pense de forma diferente, entendo que não seria adequado fazer esta convocatória. -----

A segunda vem do Tribunal de Contas, a dizer que homologou a conta do exercício de 2010, e a recomendar, entre outras coisas, a adoção da contabilidade analítica. E eu tenho, realmente, uma pequena nota que tenho a fazer: na correspondência recebida, veio uma carta do Tribunal de Contas, cópia da missiva dirigida à Câmara, e por recomendação do referido tribunal, mandei divulgar por todos os Srs. Deputados. Dava nota da homologação das contas de 2010 e trazia duas recomendações, a primeira das quais alertava para a necessidade de implementar a contabilidade analítica, a propósito da Conta de Gerência de 2010. É sobejamente conhecida a minha insistência sobre este tema, e que não tem tido a resposta



adequada e pretendida. Têm sido muitos os disparates e demagogias ditas à volta desta matéria. Não vos vou maçar com eles, por razões várias; talvez um dia, numa das minhas crónicas periódicas, tome por tema. Independentemente das asneiras e falsas desculpas que me chegaram, também chega agora a valiosa recomendação do Tribunal de Contas a validar tudo quanto tenho dito e reclamado ao longo deste mandato. Para mim, nesta altura, é suficiente. -----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Manuel Martins** (Coligação PSD/CDS) e **Francisco António Roque Braz** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Peço ao Executivo que se faça representar. Dou a palavra ao Sr. Deputado António Manuel Martins. -----

-----**O Deputado António Manuel Martins:** Bom dia a todos. -----

Eu queria, em primeiro lugar, transmitir aquilo que penso que todos já sabem, que foi a ocorrência de um incêndio nas Freguesias da Lousa, Cabeça Boa e Castedo, que chegou também à Horta, e queria realçar o trabalho dos Bombeiros, da Proteção Civil e da própria Câmara, com o apoio prestado aos mesmos, que desempenharam um trabalho muito difícil, porque as condições do terreno são também bastante difíceis, os acessos bastante difíceis, e houve pessoal que eu acompanhei mais proximamente que trabalhou perto de trinta e seis, quarenta horas seguidas, dos Bombeiros. Portanto, eu queria dar esta palavra, é para todos, especialmente para o Comandante João. Agradeço ao Sr. Salema que lhe transmita estas palavras porque, realmente, são sentidas e são merecidas. Nós demos algum apoio possível, um pouco de água aqui e ali, a nossa presença. Não nos pediram grande coisa, nós também não estaríamos em condições de lhes fornecer também muita coisa, no imediato – se o tivessem feito, obviamente que nos organizaríamos para tal, mas não foi preciso. -----

Neste momento, o fogo está extinto, praticamente, entre as freguesias; resta uma pequena mancha na parte mais inclinada, ali na zona do Saião, ou seja, a sudeste do território da Freguesia da Lousa, e por informação que eu tenho, os meios aéreos vão começar a atuar, uma vez que os bombeiros não têm acesso ao local. -----

Já agora, porque eu vim a ouvir as notícias na rádio, e o pessoal de Góis está a questionar por que é que os apoios foram só para Pedrógão Grande, e pelos vistos o Governo está a prometer apoios também para Góis, de outra natureza. Eu não sei quais são os apoios que

estão previstos para Pedrógão Grande, não sei quais são os apoios que vão fornecer a Góis. Ora, eu penso que dado que da Freguesia da Lousa ardeu aproximadamente metade do território, a Freguesia de Cabeça Boa ardeu praticamente toda, do Castedo, se calhar metade, da Horta, também muito, eu penso que o Executivo poderia ver se havia alguma forma de nós também sermos contemplados com apoios. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco Braz. -----

-----**O Deputado Francisco António Roque Braz:** Bom dia a todos. -----

Esta minha intervenção vem no seguimento do que o Sr. Martins estava a falar, em termos de apoios, acho que se é para tentar ir obter alguns apoios para aqui para esta zona onde houve este incêndio, acho indiscutível que o façam, isto por quê? Porque em 2013, houve aqui um incêndio muito grande abrangendo toda a zona de Carviçais; no fim foi feito um levantamento por parte das equipas responsáveis, dizendo que haveria uma medida específica de apoio; medida essa que nunca saiu do papel. O único apoio que houve foi depois numa outra medida específica, que saiu em Diário da República, para as Juntas de Freguesia afetadas, para se candidatarem, o que veio, de certa forma, a criar ali alguma confusão. Ainda houve em Carviçais algumas mentes brilhantes – eu chamo de “mentes brilhantes” porque não serão aqueles mais chegados, que dizem que essas medidas vieram para a Junta de Freguesia, e que nós é que não as demos às pessoas, simplesmente, o que não corresponde à realidade, pois as que vieram foram específicas para a candidatura da Junta. Agora é tentar que elas venham mesmo, e que as pessoas se possam candidatar e depois não venha acontecer o mesmo. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito bom dia a todos. -----

Eu queria expressar também o meu voto de agradecimento aos Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo, aproveitando que está aqui também, como deputado, mas também é Presidente da Associação, endereçar os meus cumprimentos à Associação pela forma como trabalhou, como coordenou, também às Juntas de Freguesia de Cabeça Boa, a nossa solidariedade, da Lousa, do Castedo e da Horta da Vilaríça. -----

Dar também um voto de apreço e realce à Equipa Local de Intervenção do Município, que esteve durante quarenta e oito horas sempre no terreno, sem ser rendida, porque não temos outra possibilidade de a render, os quatro elementos estavam, uma vez que um está de baixa, estiveram sempre presentes. E aqueles que ainda tinham dúvidas sobre a importância desta equipa, penso que aqueles que estiveram lá perceberam o porquê de o Município ter uma Equipa Local de Intervenção. -----

E depois, também não poderia deixar de congratular-me com a solidariedade de todos os cidadãos, que de uma forma ou de outra – e nós, que passámos lá parte da noite e os dias, vimos que em cada cruzamento (intervenção inaudível) a levar alimentos e também água e todo o género de bebidas. Depois, já na fase (intervenção inaudível) também (intervenção inaudível) ontem se apresentaram no Quartel dos Bombeiros (intervenção inaudível) que havia necessidade (intervenção inaudível) foram cerca de duzentos e vinte (intervenção inaudível). Podia ter sido pior (intervenção inaudível) esse sentimento. Às vezes (intervenção inaudível) profissionais (intervenção inaudível) própria vida. E aqui, o meu último agradecimento (intervenção inaudível) solidariedade para com os Bombeiros, inexcédível. -----

E posto isto, a informação acerca da atividade municipal, eu fiz questão de vos trazer para vosso conhecimento a situação financeira do Município (intervenção inaudível) neste trimestre conseguimos (intervenção inaudível) e trinta e seis euros – eu estou a falar, para que não haja dúvidas, de saldo do período – sendo que o grande montante da dívida continua a ser o empréstimo de médio e longo prazo para o saneamento financeiro. Eu não me vou alongar muito porque hoje temos a homenagem também ao Prof. Adriano Vasco Rodrigues



(intervenção inaudível) temos também, se os Srs. Deputados quiserem e puderem (intervenção inaudível) praça vão passar todos os alunos da escola, na representação do solstício (intervenção inaudível) alongar muito. -----

Temos também aqui uma lista da Entidade de Turismo do Porto e Norte, sobre os turistas que visitaram, não foi o concelho, foi a Loja Interativa de Turismo (LIT), e que foram trezentos e dezoito em abril, e quatrocentos e trinta em maio. Na de abril, não tem em conta os turistas da Feira Medieval, que é à parte, uma vez que o Turismo do Porto e Norte, como sabem, faz ele próprio uma programação para os mercados e feiras medievais anuais. Ainda não temos essa informação; se chegar a tempo trá-la-emos aqui. -----

Depois, temos aqui também o que são os projetos e investimentos financiados. Eu quis trazer isto também aos Srs. Deputados para terem uma noção de quais foram os projetos que foram candidatados, têm aí aqueles que já foram aprovados, e também as participações do financiamento e a contrapartida nacional ou municipal. Eu penso que terá sido distribuído.

Temos aqui a política – porque também se trata de uma escolha política, obviamente – o Plano de Ação de Reabilitação Urbana, a contemplação do Bairro do Santo Cristo, do centro histórico, da reabilitação integral da antiga sinagoga para instalação de um Centro Interpretativo Judaico, reabilitação do Mercado Municipal, reabilitação do espaço público na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, reabilitação de um edifício existente no Parque Verde Quinta da Judite, o Museu do Castelo, a Grande Rota Internacional do Douro Vinhateiro, a rede de percursos pedestres, o estabelecimento das plataformas ferroviárias da Linha do Sabor, Miranda do Douro e Torre de Moncorvo – esta é a grande rota que vai aproveitar a nossa ecopista – a eletrificação rural do Douro, isto tudo num projeto agora do Norte 2020. -----

Depois, temos no POSEUR os fechos do subsistema da Açoreira, o fecho da SAR do Felgar, Souto da Velha, Larinho e Moncorvo, a redução da poluição nas massas de água da Junqueira, o fecho do subsistema da Horta da Vilarça, a redução da poluição nas massas de água dos Nozelos, requalificação das unidades de tratamento das águas residuais na Vide, requalificação das unidades de tratamento e águas residuais em Maçores, requalificação da unidade de tratamento das águas residuais no Peredo dos Castelhanos, requalificação das unidades de tratamento das águas residuais na Cardanha, requalificação das unidades de tratamento das águas residuais em Urros, requalificação da unidade de tratamento das águas residuais nos Estevais, tudo no âmbito do POSEUR. -----

No âmbito também do POSEUR, o perímetro florestal do Reboredo, e no âmbito de protocolos, a Casa de Chá que será no Parque Verde Quinta da Judite, é um projeto aprovado nas medidas Pocinho - Valeira, que está aprovado já; as intervenções de promoção da mobilidade territorial no sistema urbano do concelho, no QREN-ON2, que são estas passadeiras que já viram, o desnível dos passeios. Depois, nas medidas compensatórias, o Parque Verde Quinta

da Judite – Fundo do Baixo Sabor (primeira fase); a segunda fase, que será onde estão as hortas, e que passarão para a zona Nória. No D2-GOV, a modernização administrativa, a requalificação e modernização das instalações da Escola Secundária de Torre de Moncorvo (já está aprovado, com dois milhões e meio (2.500.000€)); o Plano Integrado Inovador de Combate ao Insucesso Escolar e os Caminhos do Sabor, que é também uma medida da Associação de Municípios do Baixo Sabor. -----

Isto, em termos de números (para quem gosta de números): valor de investimento total elegível, oito milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, novecentos e trinta e três euros (8.441.933€); a comparticipação são sete milhões, duzentos e quarenta e oito mil, cento e dois (7.248.102€), e a contrapartida nacional ou municipal – ou seja, que é a cargo do Município – um milhão, cento e vinte e oito mil, oitocentos e trinta e um (1.128.831€). -----

São estes os projetos que durante pelo menos os próximos dois a três anos estarão comprometidos com o Município para serem efetivados. -----

Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente, desculpe, mas eu estava a olhar para estes projetos, e há bocado estávamos a falar das atas, e eu estive a ler recentemente a ata de há um ano e a propósito do facto de o Sr. Presidente ter estado na Procissão das Açucenas, em maio, na Senhora do Castelo com gente da Junqueira. Eu não pude ir lá por razões pessoais, mas sei que foi questionado sobre o estado de pavimentação da estrada, e também sei que a justificação que deu aos Junqueirenses não foi exatamente a mesma que deu nesta Assembleia, há um ano. Enfim, há inclusivamente outras justificações, que eu nem sequer quero acreditar nelas. Gostava de saber se há algum plano da Câmara Municipal, de alguma forma resolver esta situação, tendo em conta aquilo que foi aqui afirmado há um ano.-----

Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Primeiro Secretário, posso responder? Uma vez que o Sr. Presidente, como sabe, estatutariamente deve pedir a palavra ao 1.º Secretário. Vou, então, responder.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, um dia há-de me dizer onde é que está isso no regulamento.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Tem que ler o regulamento, Sr. Presidente, e assim verá com melhores olhos. -----

O que eu mantenho e mantive é que aquele caminho é uma promessa que foi feita, irá ser efetuado, e portanto, depois de termos todas as respostas que são obrigatórias, nomeadamente de determinados organismos, será uma das obras prioritárias, mas não candidatável. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não respondeu à questão das máquinas que estiveram, ou que saíram, mas isso ficará para outra altura. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal apreciou a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e financeira do Município. --

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 2 — AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DE OUTROS EMPRÉSTIMOS.

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Srs. Deputados, como vos havia informado que traria aqui uma proposta que era para liquidar três empréstimos que temos – não é para aumentar a dívida; é única e exclusivamente para reestruturar essa mesma dívida. Os juros que pagamos, nomeadamente de dois empréstimos ao Novo Banco, à altura que foram feitos, eram normais; hoje em dia estão muito acima do mercado. E portanto, o que aqui vos solicita o Executivo é que aprovelem esta reestruturação da dívida, sendo que foi entregue – penso eu que foi distribuído – foi distribuído um mapa em que vos dá conta das condições que foram apresentadas pelos bancos que foram consultados.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, seria talvez bom fazermos um resumo, mesmo que oral, daquilo que se pretende, qual é o benefício para o Município, que é isso, em última análise, que interessa, muito mais do que as questões técnicas, acho eu.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito bem, muito obrigado. -----



O que está aqui é principalmente que diminui o serviço da dívida do Município. Nós, para contratarmos este empréstimo, temos, obviamente, de garantir determinadas condições, nomeadamente: o valor atualizado dos encargos totais com o novo empréstimo, incluindo capital, juros, comissões e penalizações, seja inferior ao valor das atualizações dos encargos totais com o empréstimo a liquidar antecipadamente, e nesse montante, são menos setecentos e quinze mil, trezentos e nove euros (715.309€); não aumente a dívida total do Município – a diferença é zero, não aumenta, é zero por cento (0%); diminui o serviço da dívida do Município anualmente em quinhentos e cinquenta e três mil euros (553.000€), e diminui o serviço da dívida total. Aqui a diferença é, para positivo, trezentos e quinze mil (315.000€), se bem que o cumprimento do critério é que o serviço da dívida total – ou seja, atualizado – seja superior, no novo empréstimo, à diferença compensada pela diferença no sentido contrário, do valor atualizado, em conformidade com a Lei do Orçamento de Estado. Se repararmos, trezentos e quinze mil (315.000€) é menor do que quinhentos e cinquenta e três mil (553.000€), aqui também cumprimos esse critério, que são os critérios que estão estabelecidos na Lei do Orçamento de Estado. Portanto, não aumentamos a dívida para o Município; pelo contrário, diminuimos o serviço da dívida do Município. -----

-----O Presidente de Mesa: Vou pôr à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deliberou por unanimidade autorizar a “Contratação de Empréstimo para Liquidação Antecipada de Outros Empréstimos” junto da Caixa de Crédito Agrícola até ao montante de 7.084.943,05€ e a repartição de encargos. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----O Presidente de Mesa: Vamos fazer um intervalo de um quarto de hora.-----

PONTO 3 — PROJETO DE GEMINAÇÃO – GOURNAY – SUR – MARNE – PROPOSTA.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Francisco António Roque Braz** (Coligação PSD/CDS) e **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos retomar a nossa sessão. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Vou dar a palavra ao Vice-Presidente para falar neste ponto.-----

-----**O Vice-Presidente da Câmara:** Bom dia, mais uma vez. -----

Este é um projeto de geminação; uma associação franco-portuguesa de Gournay-sur-Marne, cuja Presidente dessa associação é originária de Carviçais, D. Gina Barbier. E foi através dela, foi ela que nos desencadeou o pedido para essa possibilidade de geminação com Gournay-sur-Marne. Tive a possibilidade de conhecer Gournay-sur-Marne numa das visitas que fizemos, aquando à Feira de Nanterre, tive oportunidade de estar com o Sr. Presidente da Câmara, há muito interesse da parte deles numa interligação das comunidades portuguesa e francesa, há lá uma grande comunidade portuguesa, nem todos de origem de Moncorvo, mas uma grande parte também. Faz todo o sentido o intercâmbio Cultural e Desportivo, e a vivência de comunidades locais. Evidentemente que isto é só um projeto, por assim dizer, que foi primeiro desencadeado por nós, mandámos a apresentação para eles, foi aprovado da nossa parte aqui, em Reunião de Executivo, esperámos depois a apresentação deles, que remeteram há pouco tempo, que levámos também à Reunião do Executivo, que foi aprovada, e está à consideração de V. Exas. para poderem, ou não, aprovar e darmos seguimento a este projeto de geminação. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Braz.-----

-----**O Deputado Francisco António Roque Braz:** Ora, eu sou a favor desta iniciativa, pois certamente será benéfica e muito frutífera para o concelho. Com estas geminações há sempre mais-valias, quer na divulgação do concelho, quer no fluxo de visitantes, entre outras. Porém, há aqui uma coisa: acho que a caracterização do concelho está bastante descaracterizada, porque não sei quais foram os critérios que foram seguidos para fazer esta caracterização, mas penso que devia ser mais completa. Por exemplo, aqui no património construído, no que diz respeito às capelas, certamente haverão muitas mais no concelho, mas só na parte que me toca, de Carviçais, há a Capela de Santa Bárbara, do Divino Espírito Santo, a de S. Pedro, a Capela dos Anjos, sem esquecer a do Santo Cristo. -----

Relativamente às igrejas, aqui já não tenho a mesma ideia que tinha em relação às capelas, se calhar foram escolhidas só algumas, em resumo, mas no concelho há mais igrejas, e há muitas mais patentes. Foi pena, uma vez mais, muitas outras, incluindo em Carviçais, ficarem de fora.

Fazendo juz às declarações anteriores do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em que numa Assembleia trouxe aqui a questão da divisão do território pelos rios, neste caso estão incluídas mais as daquele lado. -----

Nos pelourinhos, Carviçais não tem um pelourinho mas tem lá um cruzeiro, que podia muito bem caber aqui também. Património arqueológico: não nos podemos esquecer das necrópoles de S. Pedro e de S. Cristóvão, também em Carviçais. Património natural: também há um miradouro em Carviçais, o Miradouro de Santa Bárbara. Nas atividades culturais, penso que também não pode ficar esquecido, o pão de Carviçais, que é um dos Ex-Libris do concelho, a par da amêndoa, do azeite e do vinho. E na parte que concerne ao desporto, equipamento desportivo, acho que devia constar aqui a parte dos pavilhões, porque também são infraestruturas que existem no concelho. -----

Certamente haverá mais alguma matéria em falta nas outras freguesias, mas eu falo mais concretamente na que me toca. Sou a favor, votarei favoravelmente, mas acho que é benéfico e importante atualizar e completar esta caracterização de suporte, ainda mais sendo ainda uma proposta. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João. -----

-----**O Deputado Luís João Fernandes Dias:** Também sou a favor desta iniciativa. Gostava só de saber quantas geminações é que Moncorvo tem de momento.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Ora bom, eu congratulo-me com as palavras do Sr. Deputado Francisco Braz. Em primeiro fico satisfeito que tome nota das minhas intervenções, e em segundo, subscrevo. Acho que, efetivamente, as questões das geminações são importantes, sobretudo com um país como França, destino de tantos dos nossos emigrantes, sobretudo a partir da década de sessenta. Mas também acho que, efetivamente, este processo, dado que vem à Assembleia para ser aprovado, deveria envolver mais a Assembleia. E na Assembleia, os Presidentes de Junta, como é evidente e não tendo sido possível antes que o seja a partir de agora. Pelo que vejo, isto será aprovado. Devem pois incluir a Assembleia neste processo.-- E eu até acharia muito bem que uma delegação de Gournay-sur-Marne viesse aqui à Assembleia apresentar-se e falar-nos do concelho, porque, por um lado, é verdade que falta muito na caracterização de Moncorvo; se calhar também faltará muito na caracterização de Gournay. É verdade também que os documentos muito extensos acabam por não ser lidos, mas isto é um documento de memória. Deveria haver uma apresentação, não sei se a Câmara Municipal já se deslocou à Assembleia, ou ao equivalente, de Gournay-sur-Marne, mas deveria

(Handwritten marks)



fazê-lo, e deveria convidar o Município a vir a esta Assembleia, na próxima de setembro, ou então noutra qualquer, de acordo com o calendário que for feito. -----

Não há mais intervenções, não sei se o Sr. Vice-presidente quer dizer alguma coisa. Quer acrescentar? Sim, levantou uma questão, com certeza. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara:** Só para informar que não há mais nenhuma geminação feita com nenhum outro Município; a ser, é a primeira. -----

Iremos ter em consideração as alterações que propôs, tanto na Freguesia de Carviçais, como em todas as outras – temos que o fazer, evidentemente. -----

Quanto à presença de alguma delegação de Gournay-sur-Marne, eu sei que eles estarão cá em visita no mês de agosto. Sendo aprovado, evidentemente que terá que haver aqui uma assinatura de protocolo de cooperação, tem que ser oficializado, tanto cá em Moncorvo como em Gournay-sur-Marne, e nessa altura podemos fazer dentro da Assembleia Municipal. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. Eu gostaria realmente que a Assembleia Municipal estivesse representada – se eu não puder, obviamente que haverá quem represente a Assembleia. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea t) no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, autorizar a “Geminção do Município de Torre de Moncorvo com o Município de Gournay – Sur - Marne”**.-----

-----As presentes deliberações foram aprovadas em minuta. -----

PONTO 4 — SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA - BOLSAS DE AGENTES ELEITORAIS. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado. -----



Aqui este ponto é obrigatório vir à Assembleia Municipal porque cada um dos Grupos Parlamentares – neste caso são três: o PSD, o CDS e o PS – terão que indicar um dos elementos. Eu proponha ao Sr. Presidente da Assembleia dois, três minutos, para os Grupos Parlamentares poderem reunir – eu disponibilizo o meu Gabinete, e outros ficarão cá dentro, se assim o entenderem – para entre vós indicarem um nome, para que seja enviado para a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna na próxima semana. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos suspender a sessão por dez minutos, e os Grupos Parlamentares reúnem-se, e depois trarão a vossa sugestão. Faça favor, Sr. Deputado Luís João.-----

-----**O Deputado Luís João Fernandes Dias:** É só uma questão de palavras: ??? das forças políticas, no texto do despacho do Executivo diz "Grupos Políticos". ??? forças políticas, são três Grupos Políticos, por acaso também são três ??? . Era só para perceber a diferença. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, salvo melhor opinião, eu entendo que as forças políticas na Assembleia são representadas pelos Grupos Políticos. Esta é a minha interpretação, mas não sei se será a mais correta. O Sr. Presidente da Câmara, que é jurista, provavelmente terá uma informação melhor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Eu costumo dizer que hoje em dia, desde a Fórmula 1 à medicina, todos sabemos, e direito, todos sabemos, é uma coisa que toda a gente sabe. O que quer dizer é: a participação das forças políticas com assento na Assembleia Municipal. As forças políticas, se há três forças políticas, depois cada um dos Grupos Parlamentares, que é quem representa as forças políticas que foram eleitas para a Assembleia, é que indicam, mas são os Grupos Parlamentares. Mas, dentro das forças políticas, poderia haver aqui o caso – poderia, não é ato único – em que há só um Grupo Parlamentar de duas forças políticas. Não é o caso, mas mesmo esse Grupo Parlamentar de duas forças políticas tinha que indicar um candidato. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Está suspensa a Assembleia por dez minutos. -----

(Interrupção dos trabalhos)



-----**O Presidente de Mesa:** Eu não sei se está toda a gente, falta aqui o Sr. Deputado António Manuel Martins. Vamos prosseguir com a sessão. -----

Segundo eu depreendo, a deliberação da Câmara Municipal era que cada Grupo Político apresentasse um nome, correto? E portanto, os Grupos reuniram-se separadamente e depois juntaram-se, suponho, porque aparece uma proposta única com os três nomes. E a proposta do PSD é que seja o Sr. Deputado José Carlos de Sá Meneses; a proposta do PS, o Sr. Deputado António Júlio Andrade; e do CDS, o Sr. Deputado Luís João Dias. Sendo pessoas que estão a ser eleitas, teoricamente deveria haver um processo eleitoral por escrutínio secreto, exceto se os Srs. Deputados entenderem que não é necessário. Sendo uma proposta unânime, eu atrever-me-ia a dizer que vamos propor à votação estes nomes tout court, sem mais nada, a menos que alguém se oponha. Não há nenhuma oposição? -----

Então, vou pôr à votação. Então, eu repito: vou propor à votação da Assembleia Municipal a seguinte lista para os representantes dos Grupos Políticos para a Bolsa de Agentes Eleitorais, e que será entregue à Câmara Municipal: do PSD, o Sr. Deputado José Carlos de Sá Meneses; do PS, o Sr. Deputado António Júlio Andrade; do CDS, o Sr. Deputado Luís João Dias. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 22/99, de 21 de abril, deliberou indicar **os representantes dos grupos políticos com assento na Assembleia Municipal para integrarem a Comissão para ordenarem os candidatos concorrentes à bolsa de agentes eleitorais:** -----

-----Do PSD, o Sr. Deputado José Carlos de Sá Meneses; -----

-----Do PS, o Sr. Deputado António Júlio Andrade; -----

-----Do CDS, o Sr. Deputado Luís João Dias. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 5 — ACORDOS – JUNTAS DE FREGUESIA.-----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Srs. Deputados, verdadeiramente deviam ser dois acordos de execução e um aditamento a um acordo de execução, porque houve um lapso no acordo de



execução com a Freguesia da Açoreira, que efetivamente fez o troço do cruzamento da Açoreira com o IP2, e quando veio aqui a ratificação dos valores, não foi inserido nesses valores o montante que caberia à Junta de Freguesia. Portanto, trouxemos novamente à Assembleia Municipal, agora com os valores corretos do acordo que havia sido aprovado, quer em Reunião de Câmara, quer aqui pela Assembleia Municipal. Freguesia da Açoreira, sim, que houve um lapso – o Sr. Presidente da Junta está aí, na intervenção pode também referir isso, que efetivamente não lhe foi transferido o troço do cruzamento da Açoreira – IP2. Foi assim. E portanto, estava contemplado no acordo e não foi feita a orçamentação pelo técnico. -----

O segundo acordo de execução vem no cumprimento de uma iniciativa que não foi iniciada por este Executivo, foi pelo anterior. Entretanto, a população da Foz não gostou das propostas que haviam sido feitas para um monumento ao pescador a inserir na rotunda da Foz. Esta Junta de Freguesia trouxe novamente ao Executivo essa proposta, foi elaborado com a ajuda da população um monumento, e é esse acordo que será para aplicar, e damos por terminado o que vinha dos anteriores mandatos.-----

O terceiro acordo, este sim é novo, e trata-se de um problema de saúde pública e que tinha toda a prioridade, e que tem toda a prioridade, porque se trata do Cemitério de Mós. Eu sei que o Sr. Presidente de Junta não quer, como nós não queremos que ninguém morra, mas estamos sempre com o coração nas mãos porque não temos local para fazer enterramentos. É assim, Sr. Presidente de Junta, e portanto, está lotado, não tem qualquer possibilidade, e estamos a ver se resolvemos a situação a mais breve trecho possível. -----

Portanto, eu poderia dizer, o acordo de colaboração com Mós é novo, completamente novo – o acordo de Mós, é o último – com Mós é novo; o acordo de execução, neste novo formato, é com a Freguesia da Cabeça Boa, é o que vinha já do anterior mandato, com a nova proposta da Junta de Freguesia para a parte escultórica; e o terceiro é apenas um aditamento ao que já havia sido aprovado, só para podermos transferir a verba em falta, que por lapso não foi transferida.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos, então, fazer três votações: vamos votar o acordo de cooperação com a Freguesia de Mós, uma reformulação do acordo com a Freguesia de Cabeça Boa, e o aditamento à Junta de Freguesia da Açoreira.-----
Vou pôr à votação o aditamento ao acordo de cooperação com a Junta de Freguesia da Açoreira. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea j) no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, autorizar o aditamento ao acordo de cooperação com a Junta de Freguesia da Açoreira.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vou pôr à votação a reformulação do acordo de colaboração feito com a Freguesia de Cabeça Boa. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea j) no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, aprovou a reformulação do acordo de colaboração feito com a Freguesia de Cabeça Boa.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** E vou pôr à votação o acordo de cooperação com a Freguesia de Mós. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea j) no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, autorizar o acordo de cooperação com a Freguesia de Mós.** -----

-----As presentes deliberações foram aprovadas em minuta. -----

PONTO 6 — CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Este é um relatório que prevê a consolidação de contas do ano de 2016, fizemos logo na introdução o perímetro de consolidação com o grupo público que é composto pelo Município de Torre de Moncorvo, enquanto entidade consolidante, ou entidade mãe, e depois por duas entidades onde temos participação: uma, o Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda., com quatro ponto cinquenta e cinco (4,55%), e pela Gesturdouro, Lda., com vinte por cento (20%), que são as entidades controladas. -----

Todo o relatório, como puderam ver, tem a ver com o Laboratório Regional de Trás-os-Montes, nesta primeira fase, uma vez que a Gesturdouro, apesar de notificada com avisos de receção, não respondeu. Depois, temos aqui a descrição do que é a atividade desenvolvida pela

empresa consolidada, a demonstração do balanço e a demonstração dos resultados consolidados, e depois novamente um relatório do Revisor Oficial de Contas. -----

Duas anotações muito breves quanto ao relatório e a certificação legal das contas consolidadas, uma novamente com o apelo à contabilidade de custos que está a ser implementada, e também com a conclusão que foi dada pelos Revisores Oficiais de Contas, que diz: “Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as Leis e regulamentos aplicáveis em vigor, e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas não tendo sido identificadas incorreções materiais.” -----

Obviamente que muitos destes mapas são técnicos, mas permitam-me dizer-vos só, à data, duas situações – estamos a falar de 2016: tínhamos vinte e três empréstimos bancários, nos quais havia aqui um empréstimo global de dez milhões, oitocentos e setenta e nove mil, trezentos e setenta e um euros (10.879.371€), e tínhamos também o Fundo de Apoio Municipal, que nós, Municípios, e os Presidentes de Câmara tiveram a perspetiva de este Fundo de Apoio Municipal ser extinto – que era uma das expectativas que tínhamos, era a extinção deste Fundo de Apoio Municipal – mas uma vez que não foi extinto, Torre de Moncorvo ainda tem aqui – e estamos a fazer essa transferência anualmente – trezentos e noventa e cinco mil, cento e quarenta e oito euros (395.148€) para esse Fundo de Apoio Municipal. Este Fundo de Apoio Municipal serve também para uma comparticipação dos Municípios e do Estado para situações de endividamento, para os Municípios poderem recorrer a esse Fundo de Apoio Municipal. Salvo erro, penso que só ainda estarão concluídos os processos de Aveiro e Portimão, salvo erro, mas penso que são estes dois municípios, o que quer dizer que o Município de Torre de Moncorvo, uma vez que já entregou verba para este Fundo de Apoio Municipal e ainda não teve necessidade de recorrer ao mesmo, também tem esta participação ativa, e esperemos que nos sejam também dado alguns juros, porque era isso, quando se criou este Fundo de Apoio Municipal, que era expectável. Com a orientação deste Governo, como eu já disse, pensou que iria ser extinto, mas como até ao momento ainda não saiu Legislação sobre isso, temos tido o cuidado de fazer sempre, pontualmente, os pagamentos que são devidos. -----

Basicamente é este o relatório que vos apresentamos. E alguma questão que possa ser esclarecida por mim, eu estarei ao dispor. -----

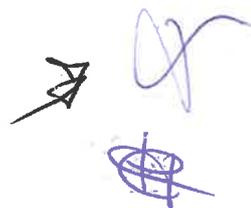
-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente, há aí uma questão que eu sei que é uma questão complexa, e que, efetivamente, sei que a Câmara tem feito, tem desenvolvido ações no sentido de regularizar a situação, que é a questão da Gesturdouro, e sei que a questão não é fácil. Acho que seria ético



e recomendável que nos falasse um pouco sobre o que é que a Câmara fez até agora, qual é o ponto da situação, daqui até ao final do mandato. Eu pessoalmente sinto que é uma questão que devia ter sido resolvida, provavelmente e quase de certeza que a Câmara fez tudo o que estava ao seu alcance para resolver a situação, mas há aí uma situação delicada, e enfim, acho que não cometo nenhuma inconfidência se revelar que tive oportunidade de conversar com o Revisor Oficial de Contas sobre esta situação, e realmente, há aqui qualquer coisa que nos escapa, e que eu acho que pelo menos, até para defesa do próprio Município e do Executivo, poderia dar-nos uma palavra sobre qual é a situação, para que todos os Srs. Deputados saibam do que é que estamos a falar.-----

----**O Presidente da Câmara:** Sim, senhor. Então, o que é que estamos a falar na Gesturdouro? Como sabem, a Câmara Municipal entrou com vinte por cento (20%) do capital no capital social da Gesturdouro, no anterior mandato, e esperava-se que a Gesturdouro fosse em prol do desenvolvimento do concelho, nomeadamente capacitando algumas instalações que foram adquiridas, nomeadamente o denominado Solar dos Guerras, e lá em cima o antigo Bairro das Ferrominas, para duas situações: fazer face à falta de alojamento que havia, e que ainda hoje há, aumentar a oferta aos turistas e reabilitar o denominado Solar dos Guerras. Entretanto, fruto de processos judiciais, andámos aqui anos e anos em que nada se pôde fazer até que houvesse uma decisão judicial, que ocorreu já neste mandato, e em que depois de ter sido concedida pela Relação a propriedade ao denominado referente na ação de referência, que era contra a Gesturdouro, o Supremo veio revogar essa decisão e dá a quem tinha efetuado a compra a titularidade, e portanto, a propriedade. O que é certo é que com isso também se perderam uma série de oportunidades. Eu estou a dizer isto aqui, se bem que a minha posição quando estava na Oposição é exatamente igual, e continuo a entender que o Município de Torre de Moncorvo não devia ter aderido, nem devia estar nesta sociedade. ----- Portanto, temos determinadas situações que não conseguimos regularizar, e a consolidação é uma delas. Várias notificações à sociedade, notificações e até uma carta admonitória no sentido de se o Técnico Oficial de Contas não viesse apresentar questões, que iríamos nós próprios apresentar em sede do tribunal para conseguirmos, foram enviados uns documentos que validade contabilística, não tinham, e as últimas cartas com aviso de receção não têm obtido resposta. Portanto, eu próprio estive numa reunião, que não foi convocada nos termos legais, das sociedades, foi por telefone, a ver se nos poderíamos encontrar todos, e tal, para ver como é que estava esta situação, e a última informação que tive – e atenção, estou a dizer aqui uma informação fora destas reuniões das assembleias societárias, porque não tivemos – é que poderá haver um interessado no arrendamento, ou pelo menos na exploração do Bairro das Ferrominas, poderá haver um interessado, e a Câmara também, como disse na última



Assembleia Municipal – e pensava trazer nesta Assembleia, mas não foi possível – houve uma conversa tida no meu gabinete, que poderia haver um pretense comprador. Eu levei o assunto à Reunião de Câmara, e há uma unanimidade geral para que seja a quota vendida, só que não temos ainda em papel físico essa proposta de compra – não sei se haverá, ou não. E estamos neste impasse: eu não tenho conhecimento se há, ou não, arrendamento – é o que se diz aí em Moncorvo, mas não sei, não tenho esse conhecimento oficial – e a proposta que me foi feita foi de forma verbal, eu estou à espera que me seja apresentada uma proposta física, em papel, para poder levar isso à Reunião de Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal. O que vos quero dizer é que dos cinco Vereadores, estamos todos a remar para o mesmo lado para que este problema seja resolvido, ou com a venda da participação da Câmara à sociedade; se não for à sociedade, aos sócios; se não for aos sócios, a um terceiro – que é assim que tem que ser, primeiro à sociedade, depois aos sócios, depois a um terceiro – e ver se conseguimos resolver isto. Esta era, para mim, a solução ideal. O que é certo é que agora também este novo quadro vai abrir uma série de perspetivas, e eu penso que a sociedade também estará interessada em fazer algum progresso nesse aspeto, mas o que eu sei é isto porque ainda não estive em nenhuma assembleia que possa dizer que foi uma assembleia de sociedade, não tenho mais nenhum conhecimento para além deste. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Não sei se alguém quer pedir mais algum esclarecimento. -----

Sendo assim, vamos pôr à votação a consolidação de contas. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **apreciou e votou, por unanimidade, a “Consolidação de Contas”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 7 — REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – OBRA: MUSEU DO CASTELO.

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----



-----**O Presidente da Câmara:** Bom, como sabem, foi nosso entendimento e do Sr. Presidente da Assembleia que qualquer repartição de encargos devia vir à Assembleia, e nós temos trazido aqui. -----

O Museu do Castelo tem candidatura aprovada, grosso modo, em cerca de quinhentos e oito mil euros (508.000€), mais ou menos. Entretanto, a reprogramação temporal, nós recebemos um ofício – o Museu do Castelo, deixe-me só dar assim, temos aqui um problema com o Museu do Castelo – que não é problema, são uns alertas: o Museu do Castelo, para além do projeto, tem uma equipa da Faculdade de Engenharia do Porto a acompanhar este tipo de trabalhos, porque têm que ser extremamente especializados – não digo “especializados”, digo “extremamente especializados”. Como sabem, foi um concurso público, e a primeira perspetiva era que o início dos trabalhos teria que ser por volta de fevereiro, março, que já estaria livre de chuvas, no fundo, porque não pode ser trabalhado com chuvas, pelo menos até ter a parede virada para a parte onde está a estátua do Dr. Campos Monteiro, porque será em betão pré-esforçado com placas pré-feitas, e isso acompanhado, obviamente, pela Direção Regional de Cultura do Norte, e aqui pelo Dr. Nelson Rebanda, também em representação não só da Direção Regional, mas também do PARM, e entretanto houve necessidade, primeiro também, de enviar para o Tribunal de Contas para solicitar o respetivo visto, e isso fez com que demorasse mais algum tempo. Entretanto, a Comissão Diretiva do Norte 2020 notifica-nos a 12 de junho de 2017, a dizer que a reprogramação do Museu do Castelo passou de 31 de julho de 2017 para 4 de agosto de 2018, o que faz com que entre no próximo ano. Daí a nossa intenção de repartirmos aqui, e fizemos esse mapa. No ano de 2017 seria expectável gastarmos cerca de trezentos mil euros (300.000€) em obra, mas como passou e foi reprogramado para 2018, temos aqui uma expectativa de que sejam duzentos e sete mil euros (207.000€). Basicamente não se alterou nada ao que tínhamos previsto; alterou-se só que em vez de ser concluído no ano de 2017, com todos os atrasos que nós também sabemos, passou para 2018. ----- E portanto, o que a Câmara aqui solicita é que seja aprovado este mapa, por forma a que a repartição de encargos possa ser aprovada.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Estão abertas as inscrições. Não há inscrições, vamos pôr à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deliberou por unanimidade autorizar a “Repartição de Encargos”.-----



-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

**PONTO 8 — ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS ANAM —
PROPOSTA DE ADESÃO .-----**

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS), **António Alves Salema** (PS) e **José Carlos de Sá Meneses** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** O Sr. Presidente da Câmara e o Executivo vão ausentar-se. Este é um ponto que já esteve aqui na última Assembleia, foram colocadas algumas questões e dúvidas. A primeira, foi-me perguntado quantas pessoas estiveram em Lisboa; estiveram trinta e três Assembleias representadas em Lisboa, embora a expectativa era que fossem quarenta, mas algumas à última da hora acabaram por não ir. Também tenho conhecimento que já há trinta e cinco adesões, deliberações em Assembleia Municipal, e que há – ou que havia, porque podem haver mais – quarenta agendadas para junho. -----

Entretanto, eu também fiz distribuir uma comunicação que me chegou, do Presidente da Direção. Como digo, fiquei à espera que me surgissem dúvidas ou pedidos de esclarecimento, que não chegaram. Relativamente à questão da Associação Nacional das Assembleias Municipais, o meu propósito é apenas que o Município de Torre de Moncorvo figure como um dos associados fundadores. Se é esta altura, ou não, para votar, bom, as questões nem sempre são feitas na altura exata. Quando se iniciou o processo, havia a expectativa de que fosse concluído a meio do mandato, mas acabou por se arrastar para o final do mandato. Eu não tenho qualquer interesse pessoal nesta associação, até porque, repito, não sou candidato a nada, e o facto de figurar o meu nome aí deve-se apenas à insistência dos meus colegas, e entendi eu que dado o trabalho que tinha desenvolvido, e dada a generosidade com que me foi pedido, não me sentia confortável para dizer que não, mas, o meu lugar está completamente à disposição dos Srs. Deputados que podem entender que eu não devo integrar os órgãos sociais, e sendo assim, eu retiro-me de imediato. -----

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João. -----

-----**O Deputado Luís João Fernandes Dias:** Eu estive a ver os estatutos, e uma das dúvidas que eu tenho é a questão da sede. Ou seja, já da outra vez questionei sobre isso, houve até por parte do Executivo abertura para ceder uma sede a esta Associação aqui no Município – estou a falar no art.º 1, Ponto 3. E continua a ser a Rua ????. Sei que ????. Eu sou a favor que o

Município participe como membro fundador desta associação, mas continua a mesma questão de há três meses atrás, continua por resolver, o que faz com que eu fique com reticências. Apesar de ser a favor, e se for a votação, naturalmente que vou votar a favor, mas continuo com reticências relativamente à sede. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís João, como diz, e muito bem, esse endereço é o endereço de uma residência particular, é o endereço do principal promotor desta Assembleia, que é o Dr. José Manuel Pavão, Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela. Não havendo sede, ele deu a morada dele, como é óbvio, para poder receber toda a informação. Se o senhor estiver disponível para fazer uma proposta, eu com todo o gosto levarei aos órgãos diretivos, que eu não faço parte, nesta altura, da Direção. Como sabe foi-me proposto integrar a Direção mas eu recusei e foi por isso que me foi proposto em alternativa, ou quase exigido, que fizesse parte da Mesa da Assembleia. Mas é com todo o gosto que eu defenderei a possibilidade de que a sede seja em Moncorvo. Agora, vamos ser realistas: não sei se essa proposta será aceite pelos outros Presidentes de Assembleia, porque todos os Presidentes de Assembleia gostariam que a sede fosse no seu concelho, tal como nós. Mas, isso não impede que o senhor, ou a Assembleia Municipal, faça oficialmente uma proposta nesse sentido, e como lhe digo, é com todo o gosto que eu a apresentarei aos meus colegas. -----
A questão da sede: Não se pode constituir nenhuma instituição sem haver uma sede, e não havendo, (sei que na altura ele estava em conversações com o Sr. Presidente da Câmara do Porto, de quem é amigo pessoal, e com o Presidente da Assembleia, para que lhe fosse cedido um edifício para que a sede fosse logo, desde início, num edifício que não a morada dele). Não existindo outro, foi a morada dele, como podia ter sido a minha, podia ter sido a de qualquer outro promotor. O facto de estar aqui é porque tem que estar nos estatutos, e que, obviamente, na primeira Assembleia Geral será seguramente – e espero – alterado. -----
Eu acho que havia um pedido de inscrição.-----

-----**O Deputado Luís João Fernandes Dias:** Pois, só que há três meses atrás, aqui nesta casa, houve esse pedido. Eu não fiquei com a ideia de que tinha de ser formalizado por uma proposta do Executivo ou desta Assembleia, porque o que o Sr. Presidente da Mesa propôs foi levar as nossas questões a essa Direção. Houve alterações aos estatutos, mas este ponto não foi alterado. Eu gostava de saber se o Sr. Presidente falou da questão da sede, ou não; se não falou, pronto, teremos de ir por outro lado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, eu posso estar a interpretar mal, eu li a ata e aquilo que havia não foi propriamente uma proposta, mas sim: “E por que não Moncorvo?” Foi este,



acho eu, o termo usado pelo Sr. Deputado José Meneses. Não entendi que isso fosse uma proposta formal, mas, Sr. Deputado, posso ter entendido mal, com certeza. Se há uma proposta nesse sentido, façam-na, mas tem de ser escrita, como é evidente. Com certeza, são coisas distintas, são coisas distintas, Sr. Deputado. Exatamente. Mas, relativamente a isso, façam a proposta e, efetivamente, eu levá-la-ei.-----

Tem que terminar, Sr. Deputado.-----

-----**O Deputado Luís João Fernandes Dias:** É só um pedido de esclarecimento: então, será esta Assembleia a dirigir-se à Direção desta associação. A Assembleia, e não o Executivo, é isso? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Ou o Executivo, tanto dá. O Executivo também pode fazer uma proposta. -----

Tem a palavra o Sr. Deputado Alves Salema.-----

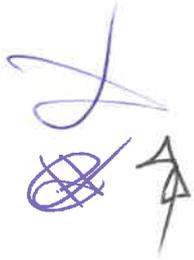
-----**O Deputado António Alves Salema:** É só para dizer o seguinte, três coisas: primeiro, devemos aderir, sem qualquer dúvida, uma vez que numa primeira abordagem foi aprovado por uma larga maioria a nossa adesão. Segundo, deve constar o nome do Eng.º Mário Leite na posição que está atualmente, porque acabando o mandato, terá que ser outra pessoa, desde que ele não seja o futuro presidente da Assembleia. É justo que o seu nome fique vinculado a esta Associação.-----

Terceiro: logicamente que a sede da associação vai ser discutida no seio da Direção da Assembleia e tudo tem que se fazer para efetivar aqui a sede. A não aprovação de hoje, colocando em causa a constituição da Associação das Assembleias Municipais, não sei se será legal, sem haver uma proposta da revogação da deliberação anterior.-----

Será importante que se mantenha na minha perspetiva a situação e se avance com uma recomendação para que a sede da Associação seja sedeadada em Torre de Moncorvo uma vez que até já tem espaço disponível.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, há três meses foi adiado o assunto. Mais alguma intervenção? Muito bem. -----

Então, o que eu vou pôr à votação é o seguinte: proponho a adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais, e proponho que esta Assembleia disponibilize desde já, ou se ofereça desde já para sedear essa associação, fornecendo edifício e apoio administrativo. É isso? Então, faça favor de fazer uma proposta nesse sentido. -----



-----**O Deputado José Carlos de Sá Meneses:** Muito bom dia a todos. -----

Eu até, por acaso, estive aqui a confirmar a data, e se o Francisco Braz quiser ver, terei todo o gosto em lê-la, e que veja as palavras que foram proferidas por mim. Em todo o caso, o que está aqui em causa neste momento é a votação do Ponto n.º 8, e mais nada, porque se vamos agora estar a propor a sede – com o qual eu concordo – teremos que o fazer por escrito, e o Executivo também tem uma palavra a dizer sobre as instalações que poderão ceder, ou não. A Assembleia pode propor. Agora, aquilo que está em causa é o Ponto n.º 8, que eu vejo-me obrigado, de facto, a votar contra porque há muitas coisas que não estão explicadas. Não sou, de todo, contra essa Associação Nacional de Assembleias Municipais, mas eu teria que saber qual é, de facto, o interesse primordial para o Concelho de Torre de Moncorvo. Mas agora, aquilo que está em causa é a votação do Ponto n.º 8. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. Vamos, então, pôr à votação, simplesmente do Ponto 8, que é aquilo que foi agendado, Adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais.---

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria**, com 10 votos a favor, 13 votos contra e 2 abstenções, **rejeitar a “Adesão à Associação de Direito Privado - Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM)”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu espero que o meu nome não tenha nada a ver com essa situação, porque se tem, eu reformulo a situação. Mesmo estando eleito, saio facilmente disso. Faça favor, Sr. Deputado Luís João. -----

-----**O Deputado Luís João Fernandes Dias:** É só para saber o que é que vai acontecer. Ou seja, não vamos participar na fundação, e depois podemos solicitar a adesão mais tarde, é isso?-----

-----**O Presidente de Mesa:** Se assim o entenderem. Obviamente que eu vou hoje mesmo pedir a demissão do cargo onde estou, embora tenha sido eleito com outros estatutos, não faz sentido que eu continue. Eu seria tentado a repor a votação com a exclusão do meu nome, mas acho que isso não faz sentido também. Assim, Moncorvo deixará de figurar como um dos membros fundadores. E obviamente, a questão da sede nem sequer se coloca nesta altura.-----



PONTO 9 — HOMENAGEM AO SENHOR PROFESSOR DOUTOR ADRIANO VASCO RODRIGUES.

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, como digo, passar ao ponto de homenagem ao Sr. Prof. Dr. Adriano Vasco Rodrigues. Isto estava programado para o meio dia, normalmente as Assembleias arrastam-se um pouco mais. Há uma questão, que é esta: a homenagem em si não tem votação, e portanto, nós podíamos ir adiantando os trabalhos porque eu tinha aqui comigo uma proposta de um louvor, e esse sim, poderia e deveria ser votado. Tenho a seguinte proposta:-----

-----**Proposta**-----

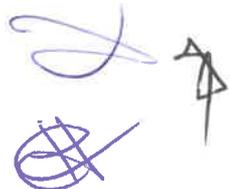
“A Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, na sua reunião ordinária de 23 de junho de 2017, agradece, reconhece e louva os muitos e valiosos contributos que o Município recebeu, graciosa e generosamente, do Senhor Professor Adriano Vasco Rodrigues.”-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal **deliberou por unanimidade, louvar o Sr.º Prof.º Dr.º Adriano Vasco Rodrigues.**-----

-----**O Presidente de Mesa:** Isto andou muito rápido, vamos suspender a Assembleia por meia hora, e reunimos aqui todos ao meio dia, e só depois é que será encerrada a sessão.

(Interrupção dos trabalhos)

-----**O Presidente de Mesa:** Minhas senhoras e meus senhores, vamos continuar com a sessão da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2017, que foi suspensa para um intervalo, para receber connosco o Sr. Prof. Adriano Vasco Rodrigues. É com enorme prazer que o anuncio aos convidados – dado que os Srs. Deputados têm conhecimento disto – que a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo aprovou o seguinte louvor:-----



*“A Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, na sua reunião ordinária de 23 de junho de 2017, agradece, reconhece e louva os muitos e valiosos contributos que o Município recebeu, graciosa e generosamente, do Senhor Professor Adriano Vasco Rodrigues.-----
Moncorvo, 23 de junho de 2017”. -----*

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Prof. Adriano Vasco Rodrigues, é grande a dívida que o Município de Moncorvo tem para consigo. Esta justíssima homenagem que hoje lhe é feita não a paga, nem tão pouco a diminui, apenas a reconhece. Felizmente para nós, obrigacionistas, o crédito que lhe devemos, sendo enorme do nosso ponto de vista, é para V. Exa. apenas mais um, tantas são as dívidas que a sua generosidade, bondade, talento e superior competência espalhou por este nosso país, especialmente nesta carenciada região do interior norte português. -----

Muitos foram os cargos, os títulos, as distinções, que por mérito ocupou, valorizou e prestigiou. Não sou, seguramente, a pessoa mais qualificada para fazer adequada referência aos muitos e bons feitos com que recheou a sua vida. Outros mais doutos e conhecedores lhe dedicarão justo e fundamentado tributo, em termos adequadamente eruditos e devidamente ajustados à sua quantidade e qualidade. Contudo, não posso deixar de referir de forma singela e informal alguns, que sendo de todos conhecidos, não será demais referir e louvar.-----

Adriano Vasco Rodrigues foi Deputado, Governador Civil, representante nacional da Assembleia do Atlântico Norte, onde foi relator da Subcomissão dos Direitos Humanos e na Comissão da Educação, foi o primeiro Diretor da Scuola Europea, tendo sido homenageado e reconhecido pelo seu excelente trabalho, condecorado com a Ordem do Infante, com a Medalha de Mérito Cultural e tendo-lhe sido atribuídas as medalhas de ouro das Câmaras do Porto, da Guarda e Almeida. -----

Foi e é, sobretudo, um reconhecido estudioso, autor de inúmeras obras sobre os judeus e a cultura judaica, incidindo muitos dos seus trabalhos na região de Moncorvo, tendo contado com elevada e preciosa colaboração e coautoria da filósofa e companheira de toda uma vida, Maria da Assunção Carqueija. É também à Dra. Assunção Carqueija que devemos a naturalidade Moncorvense que o Sr. Prof. Vasco Rodrigues adotou, para nossa satisfação e proveito. -----

Mas devemos-lhe ainda obra poética de elevado talento e sensibilidade, que pessoalmente aprecio, e que a propósito, com as devidas desculpas, trago aqui uma breve referência pessoal. A primeira notícia que tive sobre a Dra. Assunção, ouvi-a diretamente da boca do meu pai, que chegando de Moncorvo, no tempo em que o Café Moreira era o centro de negócios da região, onde se celebravam muitos e bons contratos, firmes e irrevogáveis, com um simples aperto de mão, trazia debaixo do braço um exemplar do extinto jornal “A Torre”. Mostrou-me um poema ali publicado, e que o Sr. Gualdino Carqueija (o Sr. Gualdino do Felgar) lhe



confidenciara ser da autoria da filha, e que escrevia com o pseudónimo "Carqueja da Serra". --
Desse poema em concreto não tenho já memória, mas não resisto a partilhar convosco um que
só por excecional coincidência seria o mesmo. -----

"Fazer versos, para quê?" -----

Fazer versos, para quem? -----

Por vezes ninguém os lê -----

Ou então não os lê bem. -----

Os versos são desabafo do que queria e não faço. -----

Fazer versos a pedido é andar na noite escura -----

Atrás de um anel perdido -----

Ou em busca da aventura. -----

O que vai dentro de mim digo em verso. -----

Sou assim."-----

Peço agora ao nosso homenageado, se assim o entender, que se dirija à Assembleia
Municipal.-----

-----**O Prof. Dr. Adriano Vasco Rodrigues:** Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.
Presidente da Câmara, Srs. Membros deste conceituado Concelho, queridos amigos:-----
Tenho aqui pessoas por quem tenho muito respeito, muita estima, e é uma honra para mim
estar aqui convosco, ouvir-vos, e principalmente porque esta homenagem, a quem se deve,
não é a mim; a quem se deve tudo aquilo que sou, devo-o à minha mulher. Infelizmente partiu,
teve treze anos de sofrimento oncológico a que resistiu. Quando adoeceu, ela foi sempre uma
pessoa cheia de coragem, uma lutadora, e quando adoeceu davam-lhe dois anos de vida, mas
felizmente aguentou-se ainda treze. Vivemos quase sessenta anos casados, e desde a
Universidade de Coimbra que trabalhamos em conjunto. Foi ela que me despertou o interesse
por Torre de Moncorvo. Desde pequeno que estou ligado a Torre de Moncorvo, os meus
padrinhos eram, por nascimento, o Dr. Francisco Mateus e a Dra. ???, que eram da Horta da
Vilariça. Tive aqui grandes amigos, tive colegas de curso por quem tinha muita admiração,
muita estima – o Zeca Lopes, que foi meu colega em Coimbra e que era, realmente, uma joia
de moço – e encontrava-me aqui no Café Moreira com grandes amigos, pessoas notáveis. E
era um grande centro cultural, todos eles se dedicavam à cultura; embora vivendo aqui no
interior, um dos meus grandes amigos, Dr. Pimentel, era dos Estevais, onde deixou a maior
biblioteca de Trás-os-Montes, um advogado que foi assistente na Universidade de Coimbra,



morreu-lhe o pai, morreu-lhe um irmão que estava a tomar conta da propriedade agrícola, e deixou a universidade e veio tomar conta da propriedade, dedicando-se fundamentalmente ao azeite, fabricante de azeite. E advogava só para defender a causa dos pobres. Era uma pessoa notabilíssima. -----

Mas, tive outros amigos aqui, lembro-me do Dr. Brilhante Simões, que era um homem também cheio de interesse. Vinha de vez em quando aqui o Dr. Casimiro Morais Machado encontrar-se connosco, era muito amigo do meu sogro. O meu sogro era um comerciante com origens judaicas, mas dedicado ao comércio, uma pessoa modesta, de cultura modesta, ele tinha estado no Brasil até aos catorze anos, veio, morreu-lhe o pai, veio com a mãe tuberculosa, que no Brasil, no Rio, diziam-lhe que ela não aguentava, e depois dedicou-se aqui ao comércio, e o comércio mais produtivo daqui da região, que era a amêndoa. Ele foi plantando amendoeiras, estimulando as pessoas a criar amendoeiras. E perguntei ao Dr. Casimiro – ele era de Mogadouro, vinha aqui para nos encontrarmos – “De onde é que vem a sua amizade com o meu sogro?” “A amizade com o seu sogro dura há quase quarenta anos. Eu vendi amêndoa ao seu sogro, ele pagou-me a amêndoa ao preço que estava corrente, e passados três meses chegou lá a dar-me uma quantia muito maior do que aquela pela qual tinha sido vendida a amêndoa. Eu disse: “Você já me pagou, não me deve nada.” E diz ele: “Pois é, mas eu pensava vender a amêndoa para a Inglaterra a X, e vendi a X+Y. É justo que reparta consigo.” E ele: “Nunca mais vendi amêndoa a ninguém.”” Não, mas ele era assim mesmo, era uma pessoa de sentimento, e no entanto, a partir praticamente de uma situação modesta, tornou-se num dos maiores negociantes de amêndoa, até do país, que ele exportava lá para fora.-----

A filha, conheci-a em Coimbra, andei três anos atrás dela porque me dizia que tinha prometido ao pai só namorar quando terminasse o curso. Dizia ela: “Eu gosto também de ti, não há problema, mas namorar só...” E então, quando ela terminou o curso, na altura disse-me, e ela disse: “Sim, senhor, mas vais escrever ao meu pai”, e eu escrevi ao pai. Depois combinámos, o pai foi ao Porto, combinámos um jantar, no final do jantar fomos passear, e diz ele: “Então agora o que é que tenciona fazer? Qual é o seu sonho?” Ora, eu tinha terminado o curso, a licenciatura, em julho, dia 12 ou 14 de julho, nós encontrámo-nos no dia 20, e o pai foi passear comigo e disse-me: “Qual é o seu sonho?” “Olhe, o meu sonho é este: agora, à parte da universidade, eu não tenho carreira universitária, porque eu escolhi...” – e entretanto fui lá para fora, tinha tido uma bolsa, concorri para uma bolsa de doutoramento em Santiago de Compostela, e tinha a bolsa. Portanto, agora, visto que a bolsa era só para o próximo ano, “este ano vou concorrer ao Liceu, tenho lugar na Guarda, no Liceu da Guarda, a Maria da Assunção também tinha lugar no Liceu da Guarda, e vamos os dois para o Liceu da Guarda, e como não tenho dinheiro, na páscoa casamos.” “Não, a minha filha só vai para a Guarda casada.” “Mas eu não posso casar.” “A obrigação dos pais é ajudar os filhos quando começam

a carreira, e não quando morrem. Portanto, vocês vão casar, marquem, e se gostam um do outro vão casar.” Isto em julho, marcámos o casamento para setembro. Mas, para poder casar no Felgar, que é uma terra que fica aqui a nove quilómetros, eu tive que lá ir pagar o vinho. O Sr. Doutor sabe o que é pagar o vinho? É que um rapaz de fora da terra que fosse casar com uma rapariga da terra tinha que lá ir pagar o vinho, e lá fui pagar o vinho com todo o gosto. E casámos, e pronto, fomos para a Guarda e fizemos a nossa vida. E foi uma vida – que entretanto também estive em Angola, fui para Angola, ela acompanhou-me, depois concluí a Direção da Scuola Europea, foi também comigo para a Direção da Scuola Europea. Lá eles descobriram que ela era uma grande professora de filosofia e a CEE convidou-a para conselheira dos programas de filosofia e examinadora de candidatos em filosofia, e estive mais anos até – eu estive oito anos como Diretor da Scuola Europea, eu vim e ela ainda continuou mais dois anos, estive dez anos praticamente à frente dessa instituição, de examinar e de dar parecer sobre os programas de filosofia. Era uma pessoa com muitas qualidades, e ajudou-me muito porque me estimulou. Por exemplo, eu formei-me à minha custa, eu fui estudante trabalhador, tive de tirar primeiro um curso. O meu pai era professor primário, adoeceu com um enfarte do miocárdio e davam-lhe pouco tempo de vida, tinha um irmão a terminar medicina, e eu tinha feito o sexto ano e o meu pai diz-me: “Olha, queres continuar a estudar? Se calhar não te posso ajudar, vai para o magistério.” Fui tirar o curso para professor primário. E dava aulas no Porto, e ia a Coimbra fazer exames. E depois, nos últimos anos, fui mesmo para Coimbra. A páginas tantas não tinha dinheiro, tinha deixado de ser professor primário, não tinha dinheiro, estava para desistir, e ela: “Não desista. Continue, vamos para a frente.” E entretanto, um professor meu, que era Diretor do Museu Machado Castro, o Prof. Rui Santos, que tinha sido meu professor de história da arte, convidou-me para catalogador, e a partir daí eu passei a ter... ia às aulas, e depois das aulas ia para lá catalogar até à noite, às vezes saía de lá às dez da noite, tinha de fazer as tarefas com toda a liberdade, e ela estimulou-me, porque se não tivesse sido ela, eu teria desistido. Ela estimulou-me para continuar. -----

Eu saúdo, portanto, com todo o coração esta Assembleia, com profundo respeito pelo Sr. Presidente e pelos membros que aqui representam, principalmente – se me permitem, eu tinha aqui um comentário muito ligeiro a fazer, consideração pelos membros que representam política e democraticamente uma unidade de vida estimulante do desenvolvimento local. Teoricamente, os membros desta Assembleia ocupam um espaço homogéneo ligado pela coesão, que os separa dos vizinhos, dos outros concelhos. Os laços que caracterizam a comunidade Moncorvenses, embora com semelhanças comuns às outras transmontanas, identificam a nossa gente pela força que a prende a este concelho e são a unidade de vida. Eu sinto-me, como já dissemos, Moncorvenses de todo o coração, pois aqui estou ligado pelo

(Handwritten marks)



casamento, pela família, pelos amigos e pelo interesse pela sua história e cultura. Os principais fatores determinantes da unidade desta cidadania do concelho são a localização geográfica, por montes e vales, pelo Rio Sabor, margem direita do Douro e marcas deixadas pelas gerações que nos precederam, de que é exemplo a nossa Sé, a Sé de Moncorvo, que é uma Sé magnífica em construção arquitetónica. Há também fatores económicos que prendem os naturais à terra e às atividades produtivas e serviços. Indispensáveis para o bom funcionamento social e administrativo são a Câmara Municipal – temos a honra de também ter aqui o Sr. Presidente da Câmara – os serviços públicos, as escolas, o tribunal – tribunal que está interrompido, mas esperemos que seja reconstituído – a assistência médica e social, a segurança e a manutenção da ordem pública. A esta respeitável Assembleia cabe a responsabilidade e importância de coordenar o desenvolvimento do concelho, propondo e controlando as medidas que levem o cidadão a participar, programar e inovar. -----
 Bem hajam, muito bem hajam pelo vosso carinhoso acolhimento. Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 13h00m deu por encerrada a sessão. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Inscreveu-se para intervir o Múncipe António José Alves Costa neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Eng.º José Alves, agradeço que se identifique, e diga qual é o motivo da sua intervenção. -----

-----**O Múncipe António José Alves Costa:** Bom dia. António José Alves.-----

Eu decidi fazer esta intervenção, não estando prevista, para lembrar o seguinte: eu espero bem que em 2018 não venha esta Assembleia a vir propor a adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais. Há um deputado que propõe ??? seja no Porto (intervenção inaudível) Eu esperava que daqui a seis ou sete meses, não venha nenhum deputado dizer: “Vamos aderir à Associação Nacional de Assembleias Municipais”. Vou ficar mesmo muito triste e muito zangado com essa posição. E daí, as pessoas poderem tirar as suas conclusões.-----



Era só isto que eu queria que ficasse na ata.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Engenheiro e velho amigo.-----
Não sei se há alguém que queira fazer uma intervenção sobre este assunto. O Regimento diz que devia ser o Presidente da Câmara a intervir neste aspeto, mas acho que não foi uma interpelação à Câmara Municipal, e como tal, fica registada a opinião. -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



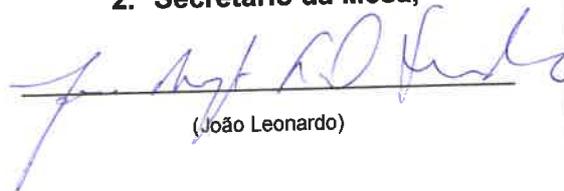
(José Mário Leite)

1.ª Secretária da Mesa,



(Cristina Trindade)

2.º Secretário da Mesa,



(João Leonardo)